

Vade Mecum Espírita

APOSTILAS VADE MECUM

“População Planetária”

(SÉRIE ESPÍRITA NÚMERO QUARENTA)

Contato: Fones 19 (R) 3433-8679 - 997818905

Piracicaba – SP

Janeiro 2026

ÍNDICE

ROTEIRO.....	03
A MANSÃO RENOIR.....	04
SEAREIROS DE VOLTA.....	04
GENÉTICA E ESPIRITISMO	05
A GRANDE ESPERANÇA.....	05
ARQUITETOS DE IDÉIAS.....	07
OS MISTÉRIOS DO UNIVERSO.....	23
DIVERSIDADE DOS CARISMAS - I.....	23
A GÊNESE.....	23

ROTEIRO

F. C. Xavier – Emmanuel

Cap. IX (43)

9

O GRANDE EDUCANDÁRIO

DE PORTAS abertas à glória do ensino, a Terra, nas linhas da atividade carnal, é, realmente, uma universidade sublime, funcionando, em vários cursos e disciplinas, com dois bilhões de alunos, aproximadamente, matriculados nas várias raças e nações.

Mais de vinte bilhões de almas conscientes, desencarnadas, sem nos reportarmos aos bilhões de inteligências sub-humanas que são aproveitadas nos múltiplos serviços do progresso planetário, cercam o domicílio terrestre, demorando-se noutras faixas de evolução.

Para a maioria dessas criaturas, necessitadas de experiência nova e mais ampla, a reencarnação não é somente um impositivo natural mas também um prêmio pelo ensejo de aprendizagem.

Assim é que, sob a iluminada supervisão das Inteligências Divinas, cada povo, no passado ou no presente, constitui uma seção preparatória da Humanidade, à frente do porvir.

Ontem, aprendíamos a ciência no Egito, a espiritualidade na Índia, o comércio na Fenícia, a revelação em Jerusalém, o direito em Roma e a filosofia na Grécia. Hoje, adquirimos a educação na Inglaterra, a arte na Itália, a paciência na China, a técnica industrial na Alemanha, o respeito à liberdade na Suíça e a renovação espiritual nas Américas.

Cada nação possui tarefa específica no aprimoramento do mundo. E ainda mesmo quando os blocos raciais, em desvario, se desmandam na guerra, movimentam-se à procura de valores novos no próprio engrandecimento.

Nos círculos do Planeta, vemos as mais primitivas comunidades dirigindo-se para as grandes aquisições culturais.

Se é verdade que a civilização refinada de hoje voa, pelo mundo, contornando-o em algumas horas, caracterizando-se pelos mais altos primores da inteligência, possuímos milhões de irmãos pela forma, infinitamente distantes do mundo moral. Quase nada diferindo dos irracionais, não conseguiram ainda fixar a mínima noção de responsabilidade.

Os anões docos da Abissínia, sem qualquer vestuário e pronunciando gritos estranhos à guisa de linguagem, mais se assemelham aos macacos.

Os nossos irmãos negros de Kytches passam os dias estirados no chão, à espera de ratos com que possam mitigar a própria fome.

Entre grande parte dos africanos orientais, não existe ligação moral entre pais e filhos.

Os latucas, no interior da África, não conhecem qualquer sentimento de compaixão ou dever.

Remanescentes dos primitivos habitantes das Filipinas erram nas montanhas, à maneira de animais indomesticáveis.

E, não longe de nós, os botocudos, entregues à caça e à pesca, são exemplares terríveis de bruteza e ferocidade.

No imenso educandário, há tarefas múltiplas e urgentes para todos os que aprendem

que a vida é movimento, progresso, ascensão.

Na fé religiosa como na administração dos patrimônios públicos, na arte tanto quanto na indústria, nas obras de instrução como nas ciências agrícolas, a individualidade encontra vastíssimo campo de ação, com dilatados recursos de evidenciar-se.

O trabalho é a escada divina de acesso aos lauréis imarcescíveis do espírito.

Ninguém precisa pedir transferência para Júpiter ou Saturno, a fim de colaborar na criação de novos céus. A Terra, nossa casa e nossa oficina, em plena paisagem cósmica, espera por nós, a fim de que a convertamos em glorioso paraíso.

A MANSÃO RENOIR

Cap. XXI

O ESCLARECIMENTO

Dolores Bacelar – Alfredo

- Sabemos que na terra nascem mais pessoas do que morrem; como pode haver tantos espíritos para encarnar?

- O número de espíritos atual, no gênero humano, é de 60 bilhões, tendendo sempre a aumentar com o ingresso de novos espíritos vindos após o término da ronda lunar. Ora, como a população de seu planeta é de 2 bilhões mais ou menos, fica um débito a favor dos que nascem de perto de 58 bilhões de espíritos... Portanto, bem pequena é ainda a população do globo terrestre. Porém, meu pai, não esqueça que estou falando apenas nas coisas que se prendem à Terra, porque a limitada inteligência humana não pode desvendar os arcanos do Senhor e nem todos eles são de nosso conhecimento, bem longe ainda estamos de alcançá-los.

.....

SEAREIROS DE VOLTA

B-4 §1 (62)

Mostremos o Mestre em nós

Waldo Vieira – Bittencourt Sampaio

Segundo a linguagem da estatística, vivem hoje, na Terra, maior número de Espíritos encarnados do que a totalidade da sua população, desde os primórdios da vida planetária até os nossos dias, ou seja: até o primeiro quartel do século XIX, viveu na carne, num dado instante, um bilhão de criaturas humanas; até o primeiro quartel do presente século essa soma atingiu dois bilhões e atualmente passa para a cifra dos três bilhões.

Esse fato assinala a magnitude de vossa época, porque, nos dias correntes, epílogo de um ciclo planetário, vasculham-se os umbrais da Espiritualidade inferior, reformando-se os museus de sofrimentos purgatoriais, forjados através de milênios inumeráveis. . .

E que notamos, agora, no mundo, comprovando a observação?

Embora o ingente esforço renovador dos arautos das letras do Evangelho, mais da

metade da população terrestre ainda não ouviu nenhuma referência a Jesus, o Sublime Governador da Terra.

Esmagadora maioria ainda não pensou sequer no intercâmbio entre os dois mundos.

Grande parte da Humanidade cultua doutrinas clara e confessadamente materialistas.....

GENÉTICA E ESPIRITISMO

Euripedes Kühl

Cap. 8 A (90)

DO LABORATÓRIO À MESA (E AO BANCO)

- Gente demais ou Evangelho de menos?

Estimam os demógrafos que o mundo, dentro de alguns anos, atingirá a fantástica população de 10 bilhões de habitantes.

Atualmente somos, 5,6 bilhões. Encarnados.....

Apenas para reflexão (“demografia Espiritual”):

Os Espíritos André Luiz e Emmanuel, ambos pelas mãos do nosso Chico Xavier, à guisa de “demografia espiritual terrena” informaram:

a) EMMANUEL — Em “Roteiro”, 1952, Ed. FEB., Rio de Janeiro/RJ:

- Espíritos encarnados 2 bilhões.
- Espíritos desencarnados 20 bilhões.

b) ANDRÉ LUIZ — Publicação no “Anuário Espírita”, 1964, Ed. IDE., Araras/SP:

- Espíritos encarnados 3 bilhões.
- Espíritos desencarnados 21 bilhões.

Depreendemos que de 1952 a 1964, aumentaram as quantidades de Espíritos, tanto encarnados quanto desencarnados. Atualmente, somos quase seis bilhões, encarnados, sendo talvez permitido conjecturar que no Plano Espiritual existem, proporcionalmente, maior número do que aquele citado em 1964, data da última informação espiritual (que seja do nosso conhecimento).

Como o Espírito não é criado a partir do reino hominal, supomos que aqueles que compreendem a diferença provêm de outros mundos.

A GRANDE ESPERANÇA

1ª Parte Livro 1 §35 (14)

A EXPANSÃO DO HOMEM E DA INTELIGÊNCIA

Charles Richet

A inteligência ganhou muito não só em profundidade, mas em extensão. Há cem mil anos, se os homens já existissem, o que é provável, esses homens — muito próximos dos macacos — seriam bem pouco numerosos, vivendo disseminados no vale do Nilo ou nos palmeirais da Caldéia (?). Há dez mil anos, sem que se possa precisar um número qualquer, no máximo poderiam existir vinte milhões de homens (?). Hoje há três mil milhões. Cada ano

a população humana, apesar de guerras infames, aumenta de quatro ou cinco milhões de almas. A terra toda está invadida pela espécie humana. Nenhuma praia deserta. Até os pólos foram conquistados. Todas as montanhas são transpostas. Todos os desertos atravessados. A expansão do gênero humano na superfície do globo terrestre é total.

O MUNDO HABITUAL

2ª Parte Livro I §05 (65)

Donde vimos? A resposta não é duvidosa. Não é mais possível — e mesmo a Igreja Católica o reconhece — admitir uma criação no sentido literal do primeiro capítulo da Gênese. Os seres, no correr dos séculos, modificaram-se a tal ponto que, derivando de um primeiro protoplasma original (donde saem eles?) adquiriram, graças a transformações graduais, uma complicação extraordinária.

Em todo caso, entre o homem primitivo e o homem de hoje, há um intervalo de cento e cinquenta mil anos (como assegura M. Osborn). O homem é provavelmente o último dos animais terrestres que apareceu. Portanto, admitamos como possível e mesmo provável, que sua (j)voluçãoprogridirá ainda e que daqui a cem mil anos ele se transformará mais que superficialmente, de sorte que o homem futuro será laodiferente do homem atual quanto um selvagem da Nova Guiné é diferente de um acadêmico.

Mas nesse ponto ainda é preciso ser prudente e não querer aprofundar demais.

Antes de saber para onde vamos é necessário perguntar onde estamos e o que podemos esperar.

A *superprodução* domina a situação atual, devido ao aumento gradual, enorme, da população terrestre, que cresce mais ou menos de dez milhões de homens por ano. Sobre esses dez milhões de acréscimo, a Europa (e principalmente a França) só tem uma parte mínima.

Mas a imensa e misteriosa Ásia (compreendendo a Rússia Asiática) aumenta anualmente, conforme sabemos por estatísticas muito imperfeitas, de nove milhões de homens.

Maltus supôs que esse acréscimo da população acarretaria um déficit crescente das substâncias alimentares, mas ele se enganou redondamente. Em lugar de um déficit de substâncias alimentares, há uma *superprodução*. Os brasileiros são forçados a atirar o café ao mar, os pescadores destroem muitas vezes mil toneladas de sardinhas e quanto ao trigo é de tal forma superabundante que, às vezes, no Canadá aquecem as locomotivas com ele.

Essa superprodução explica-se facilmente, pois o maquinismo progrediu de tal forma que uma dessas máquinas substitui com vantagem o trabalho de dez ou mais operários.

Portanto, quer se trate de produtos agrícolas ou de produtos industriais, em toda parte a superprodução ultrapassa o consumo.

Daí a falta de trabalho e a miséria.

É doloroso e quase necessário. Que absurdo, portanto, quando se é obrigado a dizer: “este ano a colheita é tão bela que estamos arruinados”.

Esperávamos que os homens, à medida que aumentassem em poderio industrial e em número, mais se unissem e associassem os seus esforços. Porém, em 1932, foi o contrário que se nos apresentou. As nacionalidades que usam o mesmo idioma são cada vez mais inimigas das outras nacionalidades. A despeito de uma fraseologia fastidiosa, estéril e

verdadeiramente desarrazoada, erguem fortalezas, fabricam metralhadoras e as legislações aduaneiras e draconianas ainda são mais encarniçadas que outrora.

Para todos aqueles que sonham com um mundo pacífico onde a colaboração ativa de todos os seres humanos prepararia um mundo melhor, é um doloroso espetáculo.

Creio bem que esse nacionalismo desenfreado seja de curta duração. Contudo, seria necessária qualquer coisa de novo para transformar esses egoísmos nacionalistas, esses inacreditáveis despeitos de povo para povo. Ora, não é com os congressos, as conferências, os discursos, as associações — mesmo generosas e em grande número — que poderemos conduzir esses homens cegos a concepções menos loucas e a competições menos ardentes.

ARQUITETOS DE IDÉIAS

ERNEST R. TRATTNER

Cap. 7 (147)

7. Malthus . TEORIA DA POPULAÇÃO

EM 1798, contando Malthus trinta e dois anos de idade, publicou-se anonimamente *Um Ensaio sobre o Princípio do Povoamento e sua Influência no Melhoramento futuro a Sociedade, contendo Observações sobre as Ideias de Mr. Godwin, M. Condorcet e outros Autores*. O pequeno livro despertou logo apaixonado interesse no mundo intelectual. Celebrizou-se da noite para o dia e foi logo apontado como obra de alta significação.

Era um tratado audacioso e brilhante, que não fugia de aventurar-se por mares desconhecidos e tocar em plagas virgens e estranhas. Nem todos podem saltar da ilha flu-tuante das conjecturas para o continente dos fatos. Lograra fazê-lo o autor deste *Ensaio*? Alguns respondiam: “Sim” — indubitavelmente, sim. Outros, irados e teimosos, bradavam: “Não”. E ninguém ficou mais surpreendido do que o próprio Malthus com a tormenta que se fez em torno da sua teoria. A ruidosa recepção que tiveram as suas idéias, extremamente sujeitas a controvérsia, deu-lhe uma consciência mais nítida de sua importância.

2 Bem depressa veio a saber-se que o autor do ensaio anônimo era um ministro protestante, o Rev. Thomas Robert Malthus, cura de Albury no Surrey. Era filho segundo de Daniel Malthus, pequeno proprietário rural independente e de idéias liberais, que fôra amigo de David Eume, o filósofo, e daquele eminente pensador francês, Jeán-Jacques Rousseau, que visitou os Malthus em 1766.

O ‘teorísfa’ em embrião criou-se bafejado por uma atmosfera de cultura e refinamento numa *herdadezinha elegante*, próxima de Dorking, conhecida como a Quinta de Chert-gate (ou *Rookery*, a “Gralheira”), rodeada por linda paisagem de colinas e várzeas, águas e bosques. Foi ali que nasceu em 13 de fevereiro de 1766 Thomas Robert Malthus. Três semanas depois vieram Hume e Rousseau, juntos, como os Reis Magos da lenda, visitar o menino no berço. A primeira educação de Malthus foi-lhe ministrada pelo pai, que tomava desvelado interesse pela prometedora criança. Mestres particulares, em seguida, continuaram o estímulo intelectual do progenitor. Nenhum programa de estudos era mais próprio para fazer um môço pensar com independência do que o ensino privado que êle recebeu de Gilbert.. Wakefield, um pastor herético que nos é pintado como “excêntrico, irrequieto e paradoxal

em suas opiniões, controversista disposto e arrojado”. As opiniões de Wakefield afinavam com as idéias avançadas expostas no *Émile*, de Rousseau. O ministro heterodoxo sustentava que “o maior serviço didático que se pode prestar a um jovem qualquer é ensinar-lhe o exercício de suas próprias forças, conduzi-lo na rota ascendente do saber, por um processo gradual quo o faça achar por si mesmo o seu caminho e assenhorear-se dêle, jubiloso na consciência das suas próprias faculdades e proficiência”.

Após o excelente aprendizado com Wakefield, o jovem Malthus passou para Cambridge, onde reuniu ao seu redor um pequeno grupo de colegas brilhantes. Os anos que ali passou (1785-96) foram frutuosos, vivificados pelos estudos, discussões e constante intercâmbio intelectual. Em 1788 tomou ordens sacras, e depois de 1796 dividiu o seu tempo entre a universidade e sua paróquia de Albury.

3 Em 1783, os ingleses inteligentes andavam a ler e a comentar um novo livro intitulado *Inquérito concernente à Justiça Política e sua Influência na, Virtude e Felicidade gerais*, escrito por um radical de tendências filosóficas William Godwin (1753-1836). Godwin, que pertencera ao clero, interessava-se profundamente pela regeneração da sociedade. Escreveu com um zelo evangélico, novo e quase fanático, esse livro em que advogava o aperfeiçoamento da humanidade por uma igualização gradual de todas as riquezas. O Marquês de Condorcet (1743-1794) e outros utopistas da Revolução Francesa tiveram sobre ele inegável influência com seu entusiasmo pelo derribamento de todas as instituições existentes, que, a crer nêles, acorrentavam os espíritos e deformavam a razão. Considerava-se intolérável toda autoridade do homem sobre o homem; pregava-se o advento do dia em que cada ser humano, livre do qualquer peia, viveria segundo os princípios da razão puro, que bastaria para guiá-lo na escolha do que fosse provol toso a ele e à sociedade.

Era Godwin um radical na legítima acepção da palavra — isto é, um homem que se propõe a arrancar as coisas pela raiz. Somente, não empregava a violência. Acreditava na discussão serena como meio suficiente para fazer despertar a humanidade e operar a transformação. O poder da verdade, de per si, bastava para impregnar a sociedade de tal maneira que toda forma de força, sem excetuar o governo, se tornaria inútil. “Não haverá guerras, nem crimes, nem isso que se chama administração da justiça, nem governo” escrevia Godwin. “Ainda mais: não haverá doenças, angústias, melancolias nem despeitos. Cada homem buscará com inexprimível ardor o bem de todos.”

Graças ao seu livro, Godwin não só conquistou um vasto público que o escutava como se ele fosse o profeta de uma nova era, senão que exerceu forte influência pessoal na vida de não poucos moços impressionáveis, em especial de Percy Bysshe Shelley, Samuel T. Coleridge, William Wordsworth e Edward Bulwer Lytton, depois Lorde Lytton. Não há negar que Godwin foi influente. “Ele refulgia como um sol no firmamento da glória. Ninguém era mais falado, mais considerado, mais procurado, e onde quer que a liberdade, a verdade e a justiça formassem o tema de uma conversa, o seu nome não andava longe.” Assim se exprimiu William Hazlitt. Shelley, que repudiava toda autoridade alheia e o despotismo do costume, exaltou-o até os céus. Godwin passou a ser para ele o mais sagrado dos oráculos, até o dia em que Shelley raptou a filha do profeta, Maria, de dezessete anos — apesar de haver, oito semanas antes, desposado pela segunda vez a Harrie Westbrook.

O livro e o autor que tão bem soubera formular a teoria do anarquismo e tão poderosamente inspirara outros moços, deixaram Malthus singularmente frio. Em conversas com seu pai a respeito das idéias de Godwin (em particular das expendidas num ensaio sobre *A Avareza e a Prodigalidade* e num volume intitulado *The Enquirer*: “O Indagador”)

Malthus arregimentou diversos argumentos contra o sistema de Godwin, que considerava ingênuo e baseado numa deformação da história e da ciência econômica. À tese de que a realização da Utopia dependia apenas da supressão de todos os entraves, replicava Malthus que esses entraves eram necessários para salvar a sociedade da mais temível calamidade: o acréscimo ilimitado da população. A supressão de todos os obstáculos permitiria que o homem se multiplicasse até passar os limites em que a Terra podia alimentar-lhe a descendência. Esta situação daria origem a incalculáveis misérias, que não só impediriam a realização da feliz Utopia sonhada por Godwin, como podia facilmente redundar na completa desintegração da sociedade, tal como a conhecemos.

Tanta impressão causou em Daniel Malthus a força e originalidade destes argumentos que ele insistiu com o filho para que os publicasse. E foi assim que o famoso *Ensaio, sobre a População* veio ao mundo, furando essa resplandecente bôlha de sabão que era a *Justiça Política* de Godwin.

4 A primeira edição do *Ensaio* formava um opúsculo com umas 50 000 palavras, dividido em dezenove capítulos curtos. Foi um autêntico choque para essa espécie de leitores que estão habituados a devorar tudo sem digerir nada. O livro de Godwin transbordava de otimismo. Esta pungente refutação, ao contrário, vinha impregnada de pessimismo. “O painel que o autor apresenta da vida tem tons melancólicos”, reconhece o anônimo Malthus das notas introdutórias, “mas ele empregou essas cores escuras pela convicção de que as mesmas estavam no modelo, e não porque tivesse a visão desfigurada por icterícia ou mau humor constitucional.” Aquêles que liam pela primeira vez o *Ensaio*, viam rolar por terra todos os seus padrões. Quando a atmosfera se enche de valores desconhecidos, o homem sente-se mal à vontade—e, muitas vezes, encoleriza-se. Godwin, em particular, encheu-se de azedume. A Sociologia e a Economia, estão atulhadas de tantas teorias singularmente estêreis e estadeadas com pretensões científicas, que o estudioso tem de se pôr em guarda contra o absurdo. “Um autor poderá afirmar”, diz Malthus precavidamente no primeiro capítulo do *Ensaio*, “que o homem acabará por se transformar numa avestruz. Não será possível contradizê-lo categoricamente. Mas, se ele espera conquistar a adesão de alguma pessoa sensata, deverá demonstrar, primeiro, que o pescoço do homem se vai alongando gradualmente; que os seus lábios se tornam mais duros e proeminentes; que as pernas e os pés mudam de forma dia a dia; e que os cabelos começam a mudar-se em canhões de penas.” Vislumbramos nestas palavras os primórdios do espírito moderno que se esforça por introduzir o método científico numa matéria em que prevaleciam as idéias gerais e vagas. É a natureza da sua investigação que revestiu Malthus de tão grande importância. Seu ponto-de-vista era verdadeiramente científico; fugia de tomar o homem como objeto de censura ou de louvor. Esta atitude mental, sabia-o ele, impossibilitara por muito tempo uma apreciação tão justa e desinteressada das coisas. Quando os supostos, fatos nos vêm carregados de emoções, as conclusões que deles se tiram não são científicas, mas constituem mascarada de ciência. O grande mérito de Malthus esteve em considerar o homem objetivamente, como parte da natureza, como uma criatura caracterizada por determinado comportamento, a que se seguem determinadas consequências, como o dia sucede à noite. Nenhum dissentimento quanto ao valor da sua teoria poderá deslustrar o valor do seu método.

5 “Creio que posso formular com segurança dois postulados”, anuncia ele ao leitor, ao entabular serenamente a parte mais significativa do seu ensaio • “Primeiro, que o alimento é necessário à existência do homem, e segundo que a paixão entre os sexos é necessária e

permanecerá, com poucas modificações, no seu estado atual.”

Aproximando assim as necessidades do estômago e do sexo, Malthus arruinava as suposições fundamentais de Godwin. O íntimo e poderoso entrelaçamento destes dois fatores, tão real para Malthus, e ao parecer tão ilusório para os outros, revelou-se ofuscantemente simples. Acorde-nos à lembrança o personagem do *Bourgeois Gentilhomme* de Molière, que não se conteve de júbilo ao saber que tinha estado a fazer prosa durante toda a sua vida. Até sem ter consciência disso, começou-se a achar que o alimento e o sexo eram, indubitavelmente, o que dizia Malthus: os dois postulados básicos da existência. Ele ridicularizava a idéia de Godwin, de que a paixão dos sexos se pudesse extinguir com o tempo. “Estas duas leis, desde que a humanidade se conhece, mostram ser leis fixas da nossa natureza; e, como até hoje não lhes notamos nenhuma alteração, é lícito concluir que nunca deixarão de ser o que são presentemente.”

Depois de assentar as bases de sua argumentação, Malthus passa a mostrar a importância das duas forças: “Admitida, pois a verdade dos meus postulados, afirmo que a força da reprodução é infinitamente maior do que a capacidade que tem a Terra de dar subsistência ao homem. A população, quando não encontra obstáculos, aumenta em razão geométrica, ao passo que o acréscimo dos meios de subsistência se dá em razão aritmética apenas. Basta um ligeiro conhecimento dos números para nos fazer compreender a imensidade da primeira força em comparação com a segunda. Pela lei da nossa natureza que faz com que o alimento seja necessário à vida do homem, os efeitos dessas forças desproporcionadas precisam ser conservados em nível de igualdade, o que implica uma enérgica repressão do povoamento, devido à dificuldade da subsistência. Esta dificuldade tem de se fazer sentir algures e de pesar sobre grande porção da humanidade. Tanto no reino animal como no vegetal, a natureza espalha as sementes da vida com mão profusa e liberalíssima. Foi, todavia, mais poupada no espaço e nos alimentos. Os germes de existência contidos neste átomo que é a Terra, se lhes fôsse dada ampla nutrição e espaço para se expandirem, encheriam milhões de mundos dentro de poucos milhares de anos. Mas a necessidade, essa lei universal da natureza, os restringe dentro de limites prescritos. O povo das plantas e o povo dos animais são coarctados por essa lei restritiva. E a raça humana, a despeito de todos os esforços da sua razão, não se lhe pode subtrair. Esta desigualdade natural das duas forças do povoamento e da produção da Terra em face da outra grande lei que nos força a manter iguais os seus efeitos, constitui o grande obstáculo, que me parece invencível, para o aperfeiçoamento da sociedade. Todos os demais argumentos tomam posição subalterna e parecem fracos em confronto deste. Não vejo nenhum meio, para o homem, de escapar a esta lei que domina toda a natureza animada. Não há sonho de igualdade, não há leis agrárias, por mais que se lhes force a aplicação, que possam anular essa compulsão durante um único século que seja. E assim nos parece ser ela um obstáculo decisivo à existência de uma sociedade cujos membros possam todos viver em sossego, felicidade e relativo descanso, sem preocupações quanto ao sustento próprio e de suas famílias. Por conseguinte, se as premissas são exatas, a conclusão é imperiosa contra o perfectibilismo do gênero humano em seu conjunto.” O resto do Ensaio é uma análise minuciosa da verdade deste parágrafo.

6 Seis edições do Ensaio sucederam-se durante a vida de Malthus. Transcorreram cinco anos antes de aparecer a segunda edição em 1803. Nesse meio tempo, choveram-lhe na cabeça os vitupérios. O modesto pastor de aldeia foi acusado de defender a guerra, a fome, as epidemias, porque afirmava que estes desastres concorrem para reduzir o excesso de

povoamento. Mais de vinte refutações textuais recebeu êle. Aquêles que não compreendiam as suas idéias recorriam ao impropério e ao insulto. Atacavam-no por ter condenado as sopas dos pobres, o casamento dos jovens e as esmolas paroquiais — e, sobretudo, por ter o despudor de casar-se, depois de haver pregado os inconvenientes de se constituir família.

As objeções feitas à sua doutrina quando esta se impôs à atenção pública — isto é, que era sombria, desalentadora e horrível — revelam a atitude anticientífica dos espíritos que as levantaram. Ora, Malthus pretendia estudar o homem como um fenômeno natural, completamente alheio a considerações sentimentais. Sendo êste o fim visado por êle, não lhe causava surpresa que o chamassem profeta do pessimismo.

Nos debates que se travaram em volta da sua teoria, durante quase século e meio, nunca faltaram defensores entusiásticos. O Primeiro Ministro William Pitt, que pensava, em 1796, que um pai de muitos filhos contribuía para “enriquecer a nação”, embora sua família fôsse indigente, abriu mão desta idéia ao ler o *Ensaio*. E foi assim que a teoria de Malthus, já no início de sua carreira, influiu na legislação: porquanto Pitt deixou cair a sua Lei da Pobreza de 1800, declarando na Câmara dos Comuns que o fazia em deferência a “opiniões que lhe mereciam respeito”.

A conversão de Pitt não foi mais importante que a do arqui-diácono William Paley, o mais popular dos teólogos ingleses. Paley, que afirmava ser o decréscimo da população “o maior mal a que estava sujeito um Estado, e a sua multiplicação o objetivo que em todos os países devia ser sobreposto a qualquer outro plano político”, estava agora pronto a confessar o seu êrro. O *Ensaio* fizera-lhe ver o perigo de um povoamento exagerado.

Num tempo em que por tôda parte se acreditava que a fôrça de uma nação e sua prosperidade económica dependessem inteiramente do número de seus habitantes, e poetas, filósofos e economistas proclamavam unânimemente como um axioma a mútua dependência do bem-estar público, da riqueza nacional e das cifras do censo — numa tal época foi que surgiu Malthus para expor o êrro de tais ensinamentos.

Como já temos visto, tôda teoria vem pôr têrmo a alguma crença absurda. Graças à sua análise, Malthus acabou com a doutrina de que, em quaisquer circunstâncias, um aumento de população é um bem público. Era preciso coragem para assumir esta atitude. Malthus percebia muito bem que as suas idéias não eram das que encontram pressurosa aceitação, como não o haviam sido as expendidas no *Cândido* de Voltaire. Mas êste ataque de frente ao otimismo leviano não permitia mais que a humanidade, daí por diante, se deixasse embalar pela crença de que tudo acontecia da melhor maneira possível neste “melhor dos mundos possíveis”.

Malthus tornou-se o homem mais comentado da Inglaterra. Uma avalanche de réplicas e refutações, sendo algumas de Godwin, foi o índice de uma extrema hostilidade. Acusaram-no de favorecer o vício, a crueldade e a opressão. Karl Marx e Henry George atacaram-no acerbamente. Não obstante, suas opiniões foram sendo rapidamente adotadas por um círculo cada vez mais vasto e influente de economistas, editores, educadores. Malthus veio assim a ocupar uma posição única, como o homem mais admirado e mais combatido da sua época.

Tem-se afirmado que êle era dogmático. A linguagem do *Ensaio* é tão razoável quanto elevada. Talvez que o seu sereno objetivismo científico fôsse água fria na fervura para aquêles que acreditavam com tão ardente zêlo na perfectibilidade do gênero humano. Godwin protestou que Malthus suprimia a proteção e assistência aos pobres, que a sua teoria era anticristã, imbuída de um forte espírito aristocrático. O homem que constrói uma teoria

tem por força que ser um homem de convicções robustas. Aliás, a parte mais interessante do seu espírito é a soma dessas convicções. Um tal homem não é dogmático, ou reacionário simplesmente porque diz: “eu creio”. De Malthus podemos sustentar que não o era. Não tinha a presunção de Godwin, nem aquele tom peremptório que Thomas Love Peacock tão bem expressou nestes versinhos:

“Not a scheme in agitation For the world’s ameliorcition Has a gmin oj
common sense in it . . .Except my own¹.”

1. “Nenhum dos projetos em discussão para melhorar o mundo tem a menor parcela de bom-senso..exceto o meu.”

2.

7 Um ano após aparecer a primeira edição do *Ensaio*, Malthus passou vários anos em viagem pelo Continente, buscando materiais estatísticos que corroborassem os princípios básicos da sua teoria. Visitou a Suécia, a Noruega, a Finlândia e parte da Rússia, “que eram os únicos países então franqueados aos viajantes ingleses”. Três anos depois, esteve algum tempo na França e na Suíça, colhendo dados adicionais para a segunda edição. Cada vez mais se persuadia de que havia descoberto o segrêdo da miséria humana.

Quando, afinal, foi dada à luz a segunda edição, o *Ensaio* expandira-se em volumoso tratado. “No curso destas pesquisas, verifiquei que o terreno era muito menos virgem do que eu havia julgado quando publiquei o *Ensaio*. A pobreza e desgraça decorrentes de um acréscimo demasiado rápido da população foram vistos com clareza e propostos os remédios mais violentos, já nos tempos de Platão e Aristóteles.”

Poucos meses depois de haver dado ao público a segunda edição, Malthus desposou sua prima Harriet Eckersall, de Bath, na Inglaterra. Contava êle então trinta e oito anos, era um homem alto, de compleição sanguínea, suíças ruivas, olhos azuis escuros, cabelos castanhos e distinta aparência. Vê-se o seu retrato pintado por John Linnell no *Dalton Hall* de Albury, fazendo-lhe parêlha a efígie da Sra. Malthus. Mostra-nos o quadro um filósofo de feições agradáveis e bondosas, bem diferente do monstro sombrio e perverso criado pela fantasia dos seus imoderados adversários. Possuía um sutil senso humorístico, dom de que careciam os seus caluniadores; e todos os que o conheceram atestam que êle foi bom pai, esposo dedicado, amável companheiro e sempre encantador para os seus hóspedes.

No mesmo ano do seu casamento, Malthus foi nomeado professor de História Moderna e Economia Política no recém-fundado *East Índia College*, situado em Halleybury no Condado de Hertford, a umas três léguas de Londres. Êste instituto *sui generis* fôra fundado pela Companhia das Índias Orientais com o fim de preparar seus jovens empregados para às funções administrativas no Oriente, como caminho de acesso a uma carreira lucrativa. Até a sua morte, em 1834, Malthus ocupou êsse cargo, que foi na Inglaterra o primeiro de sua espécie. Ali, durante trinta anos, seus estudantes e seus filhos chamaram-lhe *papa* e a vida lhe foi tranquila e risonha. Dera-lhe Deus, ademais, uma esposa agradável e inteligente. “A lembrança das deliciosas reuniões em casa da Sra. Malthus, onde muita vez se apresentava a nata do mundo científico londrino, perdurou em Haileybury enquanto existiu o colégio.”

8 O que torna memorável a teoria de Malthus não é a novidade dos fatos, mas a esmagadora importância que êle lhes deu. Incutir nos cérebros da humanidade os verdadeiros princípios que regem o povoamento da Terra, tal foi o resultado imenso daquela simples generalização, que só êle soube tirar dos fatos. Outros já haviam escrito sobre os problemas demográficos, mas de modo vago e incompetente. Malthus uma a lógica à intuição, e um vasto saber social-económico a uma exposição clara. Relatando o modo como foi composto o *Ensaio*, declara êle francamente: “Foi escrito sob o estímulo do momento e com os escassos materiais de

que podia dispor um cura de aldeia. Os únicos autores que me deram elementos para a dedução do princípio que forma o argumento principal do *Ensaio* foram Hume, Wallace, o Dr. Adam Smith e o Dr. Price.” Onde os seus predecessores haviam conseguido magros resultados, Malthus, com a pesquisa de relações entre o fatos, criou uma teoria.

9 Sustentava Malthus que o crescimento da população, em não encontrando impedimento, dá-se em razão geométrica, enquanto que os meios de subsistência só crescem em razão aritmética. “Marcando-se uma cifra qualquer para a população do mundo, um bilhão, por exemplo, a espécie humana se multiplicaria na razão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512, etc., e os meios de subsistência na razão de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, etc. Em dois séculos e um quarto, a população estaria para os meios de subsistência como 512 está para 10; em três séculos, como 4096 para 13; em dois mil anos a diferença seria quase incalculável, pôsto que o abastecimento haveria subido a cifras imensas.”

Será isto exato? Será verdade que o aumento da humanidade é geométrico (por multiplicação), ao passo que o dos alimentos é apenas aritmético (por adição)?

Apesar da insistência de Malthus, deve-se reconhecer que a relação matemática formulada originariamente por êle não é o ponto essencial da teoria. Quando compôs o artigo *População* para o Suplemento MacVey-Napier à Enciclopédia Britânica (1824), Malthus afastou-se do aspecto matemático. Era êste o fruto de uma reflexão mais madura e apurada. Abandonada a relação geométrico-aritmética, a teoria continua de pé, pois a lei da população, tal como Malthus a anunciou depois de lhe parar as partes secundárias e inúteis, diz assim: *A vida, em toda. parte, tende a exceder os seus meios de sustento.* Dêste modo faz-se ressaltar a natureza diferencial do alimento e da fecundidade, sem que se pretenda formular uma relação matemática exata.

Todavia, os cálculos nos prestam auxílio aqui, ilustrando a natureza da fecundidade humana. “Consideremos”, diz o Prof. A. M. Carr-Saunders em *O Problema da População*, “uma população de um milhão de almas, nascidas no mesmo ano, sendo metade homens e metade mulheres. Suponhamos que todos êles se casem, procriando cada casal, antes dos vinte anos, dois filhos, metade dos quais são meninas e metade varões. A bem da simplicidade, podemos imaginar que ao têrmo de cada vinte anos os pais morrem após terem pôsto no mundo a sua prole. Neste caso, se os filhos casarem e procriarem como fizeram os pais, teremos uma população fixa de 1 000 000, que não aumentará nem diminuirá enquanto estas condições forem preenchidas. Se, entretanto, o número médio dos filhos fôr de 2 1/2 por casal, dentro de cem anos a população subirá a 3 000 000; se fôr três a média, a 7 954 000; se quatro, a 32 000 000; se cinco, a 97 650 000.” Estas cifras de Carr-Saunders ilustram de modo muito simples como a doutrina malthusiana se baseia na enorme força da proliferação humana, que atua incessantemente, por tôda parte e debaixo de tôdas as condições. Não há meio de lhe fugir. Nem o capitalismo, o fascismo, a democracia ou o comunismo podem abstrair dela. É isto o que constitui a doutrina fundamental de Malthus, insofismável, irreprimível, incontestável. Aquelas áridas e infrutuosas discussões que se travarem em tôrno dos pontos subsidiários da sua teoria não eram mais que um inútil assalto a moinhos de vento.

Charles Darwin, o sumo teorista da Biologia, não se iludiu quanto a estas linhas essenciais. Pouco depois de regressar do seu cruzeiro no *Beagle* caiu-lhe nas mãos o *Ensaio*. O princípio básico dêste gravou-se-lhe no espírito com força irresistível: dava-lhe a chave da sua teoria da seleção natural. Malthus é o único pensador de quem Darwin foi herdeiro

direto. E esta dívida, ele a reconhece na conhecida passagem da sua *Autobiografia*: “Em outubro de 1838, isto é, quinze anos depois de haver iniciado o meu inquérito sistemático, sucedeu-me ler, por distração, o livro de Malthus sobre *A População*. Estando eu, graças à minha prolongada observação dos hábitos de animais e plantas, habilitado a apreciar a luta pela existência que se trava por tôdas as partes, patenteou-se-me logo que, debaixo destas circunstâncias, as variações favoráveis tenderiam a conservar-se e as desfavoráveis a ser destruídas. Isto resultaria na formação de uma nova espécie. Tinha eu, afinal, encontrado uma teoria com que trabalhar.”

Independentemente de Darwin, Alfred Russell Wallace teve a mesma revelação. Wallace, o colega magnânimo, repousava no Arquipélago Malaio entre acessos de febre, quando lhe veio à memória o livro de Malthus, que ele tinha lido doze anos atrás. “Pensei naquela clara exposição dos *obstáculos repressivos da multiplicação* (doenças, acidentes, a guerra e a fome) que mantêm a população das raças selvagens numa média muito mais baixa que a dos povos mais civilizados. Acudiu-me então que estas mesmas causas, ou outras equivalentes, também atuam ininterruptamente sobre os animais; e como estes, em geral, proliferam muito mais rapidamente que o homem, a dizimação que esses agentes produzem cada ano deve ser enorme, a fim de conter dentro dos limites o número de cada espécie.”

Tanto Darwin como Wallace seguiram a trilha que lhes apontava Malthus. Ambos compreenderam que os descendentes de cada espécie são em número demasiado para que a maior parte deles possa alcançar a maturidade, e que, portanto, a maioria dos animais e das plantas perecem sem se reproduzirem. Propagam-se os que sobrevivem na luta da natureza. São, por conseguinte, selecionados: eis aí a seleção natural.

Tendo influído profundamente em dois grandes teóricos, Malthus iria inspirar um outro ainda que, como Darwin e Wallace, apreendeu o princípio básico do *Ensaio* e, independentemente, foi por ele conduzido de um problema social para uma generalização biológica. Foi este pensador Herbert Spencer (1820-1903), de quem Huxley disse uma vez que a sua concepção de uma grande tragédia era o assassinio de uma bela teoria por um fato. Em 1852 Spencer escreveu importante ensaio intitulado *Teoria da População deduzida da Lei geral da Fertilidade Animal*. Fôra Malthus que sugerira a Spencer a idéia de que a luta pela existência conduz à sobrevivência dos mais aptos. Foi o próprio Spencer quem cunhou estas expressões históricas. E eis como a teoria malthusiana se tornou a fórmula explicativa da doutrina da evolução.

10 Após estabelecer a tese de que a tendência dos seres humanos é de proliferar, ultrapassando os meios de sustento disponíveis, Malthus passara a inquirir sobre os obstáculos (“*checks*”) que em todo o mundo restringem o acréscimo da população. Na primeira edição do *Ensaio*, esses obstáculos são expostos de modo muito simples: tudo que tende a causar uma diminuição dos nascimentos é um obstáculo preventivo; tudo aquilo que produz um aumento do número de mortes, é um obstáculo repressivo. As epidemias, a fome, a guerra e o infanticídio, são, francamente, os mais consideráveis obstáculos repressivos. O receio de cair na pobreza faz com que milhares e milhares de moços adiem o casamento até que estejam em condições seguras de sustentar uma família — é este um típico obstáculo preventivo. Em outras palavras, os obstáculos repressivos são produtores de morte, os preventivos restritores de nascimentos. “A estes dois grandes obstáculos à povoação em tôdas as nações estabelecidas, a que chamei obstáculos preventivos e repressivos, podemos acrescentar os hábitos viciosos, quanto às mulheres, as cidades grandes, as indústrias insalubres, o luxo, a pestilência e a guerra. Tudo isto se pode arrolar

sob duas denominações: Vício e Miséria. E o fato de serem estas as causas do lento acréscimo da população em tôdas as nações modernas da Europa torna-se evidente quando se considera o aumento relativamente rápido que se dá sempre que essas causas são, até onde é possível, afastadas.”

O supremo obstáculo à proliferação é, já se vê, o abastecimento. Malthus mostrou a sua importância básica, que decorre das proporções diferentes segundo as quais crescem a população e os meios de subsistência. O rude assalto das bôcas humanas aos alimentos dá origem a situações de tôda sorte que operam ininterrupta e cruelmente, no sentido de reduzir as massas ao nível dos suprimentos. Sem esta áspera ação das forças despovoadoras, todos os países ficariam sujeitos a epidemias e fomes periódicas.

A cada nova edição o *Ensaio* aparecia ampliado. Ao chegar à sexta, descobre o leitor que o estudo dos obstáculos ao povoamento engrossou até formar um caudal de 253 páginas. Com incrível assiduidade, Malthus examinava as estatísticas dos países europeus e suas colônias, tratando de lançar um máximo de luz sôbre as escuras complexidades do problema. Continuava, assim, a inserir novos dados a mancheias, tanto históricos como estatísticos, nas sucessivas edições. Considerou as populações da Índia, China, Arábia, Japão, não menos que as da Europa, tanto na Idade Média como nos tempos modernos. Na África, viu que os obstáculos ao povoamento eram principalmente repressivos: guerras incessantes, epidemias, fome e uma alta percentagem de acidentes. Tão intensa era a luta pela alimentação entre as tribos negras que os casos de longevidade se tornavam raros. Depois de estudar os fatores de despovoamento na Sibéria setentrional e meridional, passa a considerar os povos da Pérsia e dos domínios turcos, e a seguir o Indostão e o Tibete. América, Europa, Ásia, África — nenhum dos continentes escapou à sua observação. O assunto fascinara-o para a vida inteira.

A fim de corroborar os obstáculos ao povoamento decorrentes da miséria e do vício, Malthus, em suas últimas edições, recomendou a *abstenção moral*. Por abstenção moral entendia a protelação do casamento, o que — dizia êle — caso não conduza diretamente ao vício, “é indubitavelmente o menor dos males a que nos expõe o princípio do povoamento”. Malthus não advogava o controle da natalidade por meios anticoncepcionais. Abstenção moral significava para êle “a abstenção do casamento, por motivos de prudência, observando-se um procedimento estritamente moral durante o tempo de espera”. Opunha-se à limitação da prole, uma vez contraído o matrimônio. Acusava, em particular, os métodos artificiais em uso para mitigar os males da superpovoação. “As relações promíscuas, as paixões contra a natureza, as violações do leito conjugal e os artifícios ilícitos para ocultar as consequências de ligações irregulares, são obstáculos preventivos que caem, evidentemente, no artigo do vício”. Malthus pleiteava, como melhor solução, o casamento tardio e a rigorosa continência até o casamento. Nada mais.

Outros, todavia, mais audaciosos do que êle — mas fundados sempre nos princípios básicos do *Ensaio* — defenderam o casamento juvenil com o uso de meios preventivos da concepção. Deram a si mesmos o nome de neomalthusianos. Ao contrário de Malthus, pregavam a técnica e a prática do controle da natalidade, que o reverendo professor repudiara energicamente. O fundador e chefe desta seita heterodoxa foi Francis Place (1771-1854), reformador social e teorista cuja importante contribuição internacional permaneceu, até há bem pouco tempo, em imerecida obscuridade.

Place rejeitou o remédio malthusiano da abstenção moral — isto é, a protelação do casamento com estrita continência. Aboliu a barreira malthusiana entre a vida do solteiro e

a de casado, que deixa tôda gente livre, uma vez casada, de reproduzir-se até o limite de sua capacidade fisiológica, pela ação caprichosa de leis que governam as consequências dos seus atos. Mas a doutrina malthusiana essencial, de que a população tem uma capacidade de aumento maior que a dos meios de subsistência, era, para Place, um ponto indisputável. “Entrei a preocupar-me com o princípio da povoação”, escreve êle, “pouco depois de haver publicado Mr. Malthus a primeira edição do seu *Ensaio*, e desde então tenho sido um observador atento e diligente investigador dos hábitos e condições das classes obreiras, especialmente no que diz respeito às consequências da proliferação entre elas.”

11 Como pôde suceder que Francis Place — um oficial de alfaiate — fôsse, entre os ingleses de sua época, aquêle que soube ver nitidamente e com coragem o que escapava aos outros? A história da sua vida nos mostra uma admirável figura de artesão autodidata.

Criado, a bem dizer, nas sarjetas de Londres, Place era filho de um ébrio e jogador que desempenhava as funções de bailio e carcereiro de uma *sponging house* (prisão para devedores insolventes) em Vinegar Yard, nas vizinhanças do Drury Lane. Senhor, desde cedo, de sua própria pessoa, o menino andou metido com as baixas camaradagens de rua, até que, na idade de 14 anos, conseguiu o seu primeiro emprêgo como ajudante de um alfaiate desacreditado e miserável. Êsse dia assinalou o início da sua notável carreira, com o aprendizado do ofício de fazer calções de couro. Iria, so cabo de anos de luta ingrata, tornar-se um dos mais afreguesados alfaiates da metrópole inglesa, com cabedais suficientes para se retirar dos negócios e dedicar-se exclusivamente às altas ocupações de reformador social.

Em 1791, com 19 anos de idade, Place casou com uma môça invulgar, Elizabeth Chadd. Pertencia ela, também, à camada mais pobre da classe operária, mas tinha um belo espírito e um caráter forte, decidida a ajudar o marido a abrir caminho no mundo. Foi a grande influência moral da sua vida: “arancou-o, lambuzado, rnas não profundamente contaminado, à lama do ambiente em que vegetara”.

O casamento que começara de modo tão auspicioso passaria por dura prova dentro de dois anos. Uma greve condenou à inatividade o jovem pai de família, pondo-os, durante oito meses, a êle, sua esposa e um filho, na iminência de morrer à míngua. Nesta quadra cruel de agudo sofrimento, Place viu-se nas garras da miséria, e a lembrança dêsses horrores jamais se apagou da sua memória. Não fôsse o seu insaciável desejo de aperfeiçoar-se, êsses meses de desocupação o teriam desmoralizado. Mas o estímulo da esposa e a sua própria resolução de aprender fizeram-no encher com estudos êsses meses calamitosos. Leu intensa e profundamente, concentrando-se em especial na Matemática, Leis, História e Filosofia.

Após o regresso ao trabalho, Place tornou-se secretário e organizador de diversos clubes operários. Redigia muitas vêzes cláusulas e regulamentos, e dispndia muito do seu tempo, comparecendo a assembleias e prestando informações. Esta participação ativa nas lutas da classe trabalhadora instigou-lhe ainda mais o desejo de ler, de estudar, de aprender. Preocupavam-no nesse tempo as questões religiosas, de que achou solução aprofundando os *Ensaio*s de Hume e o *Age of Reason* de Paine. Estava-se na época da Revolução Francesa, e nenhum môço, vivendo numa cidade como Londres e tendo sofrido como êle sofrera, podia furtar-se à influência estimulante dos princípios humanitários que chamejavam naquele incêndio social. Inscreveu-se, pois, em junho de 1794, na famosa *Sociedade Correspondente* de Londres, cujo secretário e fundador, Thomas Hardy, estava prêso sola a acusação de alta traição. A sociedade era uma organização proletária moderada, composta

de trabalhadores ingleses defensores da Revolução Francesa. Suas finalidades estavam longe de ser ‘radicais. O sufrágio universal, as eleições parlamentares anuais, com representantes remunerados, eis algumas das reformas máximas que ela pleiteava. Seu principal objetivo era o de facilitar a comunicação das corporações manufatureiras entre si. “Nessa sociedade”, escreve Place, “fiz conhecimento com muitos homens inteligentes, curiosos, retos, e o número de minhas relações multiplicou-se. Eram eles em quase todos, senão em todos os respeitos, superiores a qualquer dos meus conhecidos até então. Adquiríamos livros por subscrição. . . Tínhamos reuniões aos domingos de noite, nas residências daqueles que podiam acomodar numerosas pessoas. Nesses serões havia leituras, conversações, discussões. Eram eles frequentes nesse tempo, e muitíssimo úteis e agradáveis.”

Foi em 1795, quando era Presidente da *Sociedade Correspondente*, que Place resolveu estabelecer-se com negócio próprio. Sentia-se agora com bastante coragem, bastante experiência, para passar de oficial de alfaiate a patrão. A longa quadra de sofrimentos e privações cedera finalmente ao seu ânimo indomável e prodigiosa atividade. Um fato que define Place é o de ter ele passado em estudos vários serões por semana, ao tempo em que o salteavam tribula-

ções inúmeras. Resolvera aprender o francês, num bem meditado plano de conhecer em primeira mão a Helvetius, Voltaire, Rousseau e outros pensadores franceses. O coube cimento dessa língua ajudou-o a formar a sua filosofia política e social, e foi-lhe imensamente valioso em seu ne gócio.

À sua primeira alfaiataria de Charing Cross, 29, sucedeu-se, ao têrmo de dois anos exatos, uma loja maior e mais vistosa, no n.º 16. “Reformei a frontaria, fazendo-a tão elegante quanto o permitia o prédio. Cada um dos vidros da vitrina custou-me três libras, e os dois da porta quatro libras cada um. . . Fachadas dêsse gênero eram então raras; creio que as minhas vitrinas eram as maiores de Londres, se é que não eram as primeiras.” O perspicaz negociante moderno, que conhece a psicologia de uma fachada de loja, poderá aquilatar êste progresso de Place sôbre o seu tempo.

Em um quarto, nos fundos do próspero estabelecimento, formara ele uma biblioteca que era o seu refúgio às exigências do negócio. Nesse santuário consultava os seus livros. Recebia na sua intimidade homens notáveis, membros do Parlamento e autores, entre êstes William Godwin e Robert Owen, o pai do socialismo britânico.

Tendo acumulado um capital suficiente, Place retirou-se dos negócios. Passou a loja ao seu filho mais velho. Com 46 anos, noviço das suas energias intelectuais, livre de pressões económicas, encarou corajosamente os novos prospectos da sua vida. Seus trabalhos, tanto teóricos como práticos, a que ele próprio deu impulso, só e desprotegido em face da hostilidade impiedosa, recomendam-no à posteridade. O prêmio de sua observação paciente, de sua perquirição infatigável, é de o terem feito um benfeitor da humanidade.

As reformas de que Place se fêz campeão, até sua morte na idade de oitenta anos, são numerosíssimas: a educação dos operários, a *traae union*, a liberdade da imprensa, o porte postal de um *penny*, a abolição das Leis dos Cereais (*Com Law*) e outros projetos notáveis. Redigiu a *People’s Chárter* de 1838, preparou a edição dos *Ensaio sobre o Fundamento do Caráter* de Robert Owen, e do *Not Paul, but Jesus*, de Bentham; ajudou Roebuck a publicar os *Panfletos para os Pobres* e dirigiu a edição popular dos *Ensaio* de James Mills. E, o que monta mais que tudo isto, escreveu a sua notável obra em prol da limitação da natalidade. O livro apareceu em 1822 com o título: *Ilustrações e Provas ao Princípio do Povoamento*;

contendo um exame dos remédios propostos por Mr. Malthus e uma réplica às objeções de Mr. Godwin e outros.

Place era profundamente versado nas idéias económicas, políticas e sociais do seu tempo, e isto no-lo demonstra o seu livro. Era uma época em que se ideavam grandes re-fundições de crenças e costumes, e o ex-alfaiate de Charing Cross estava singularmente habilitado para prestar concurso valioso na obra de remodelação. Uma tentativa de limitação da natalidade parecia-lhe fundamental a tôda reforma social. Achava que a população da Inglaterra era já demasiado numerosa para o bem-estar do país, e um pesado fardo para as classes trabalhadoras. Urgia tomar alguma providência. Eis aí, pois, uma cruzada que esperava um campeão inteligente. E foi êste o homem que teve o ânimo de levá-la a cabo.

Malthus tinha exprimido a esperança de que os casamentos tardios solucionassem o problema. Pela prática da *abstenção moral*, as pessoas se casariam aos trinta e tantos anos, de preferência a fazê-lo aos vinte e poucos. Francis Place considerou a questão com uma mentalidade bem mais realista. Estava convencido de que a protelação do casamento, ainda que fôsse possível, seria nociva, e que o impulso biológico era por demais forte e essencial à vida para que o pudesse soffrear um mero sonho como êsse da *abstenção moral*. Era, por certo, uma vã esperança a de que as classes trabalhadoras a fosssem aceitar, ou, aceitando-a embora, regrassem por ela o seu procedimento. O remédio de Malthus era impraticável e nunca seria adotado. “O casamento de Place em verdes anos”, comenta um de seus biógrafos, “fôra a sua salvação. Não pudera viver decentemente como solteiro, apesar de não ter completado ainda dezenove anos. Para o homem da classe operária que espera, para casar, até que os seus meios bastem a sustentar com segurança uma família, a sua horrível experiência juvenil acenava com imoralidade irremediável. Mas a experiência não o prevenia menos seguramente de que o casamento juvenil importava em ter muitos filhos. Êle próprio, conta-se, foi pai de quinze (nascidos entre 1792 e 1817), dos quais cinco morreram na infância.”

Os mais palpitantes parágrafos do livro de Place começam no alto da página 173. Êle argumenta, de modo inequívoco, em favor do controle da natalidade como o melhor meio de obstar a que a população humana aumente mais depressa do que seus meios de subsistência. O seu subsídio pessoal foi a defesa do emprego de meios anti-concepcionais para fins razoáveis e moralmente defensáveis. Em seis páginas e meia (173—179) estabelece a sua teoria, que avultou num dos movimentos mais profundamente significativo do mundo moderno.

Que opinião fazia Place de Godwin? De um modo geral, tinha as suas idéias na conta de místicas, baseadas na retórica e no otimismo ao invés de provas racionais. Esperar que a fecundidade humana se *gastasse*, que so pudesse fazer com que os meios de subsistência se multiplicassem mais depressa do que a população, e que o homem se tornasse imortal² — estas coisas eram demasiado fortes para Place. Grande parte das *Ilustrações e Provas* é, por isto, consagrada a uma refutação integral de Godwin. Acabando de assistir a essa demolição completa, o leitor sente que o autor da *Justiça Política*, como ícaro, despenhou-se das alturas porque as suas asas eram atrevidas, mas a cêra era fraca.

A influência imediata do livro de Place não foi grande; traiu, ao aparecer, pouca atenção. Mas o lançamento da teoria, tão nitidamente delineada no seu espírito, galvanizou-o, mergulhando numa atividade desassombrada. Tendo-a publicado em livro, a teoria deixou de ser para êle uma simples especulação intelectual. Tornou-se desde logo, em suas mãos, um poderoso instrumento de reforma social. Place impôs-se a tarefa de esclarecer o povo.

Organizou uma campanha para divulgar a teoria do controle da natalidade e o uso dos meios anticoncepcionais. “O autor não ignora em absoluto que as opiniões expostas e os remédios propostos aqui o submeterão à censura de certas pessoas; mas conhece, também, a utilidade de assumir tal risco.”

Um ano depois de haverem aparecido as *Ilustrações e Provas*, Place redigiu e fez imprimir três prospectos graves, dirigidos respectivamente: (1) *Aos Casados de Ambos os Sexos*; (2) *Aos Casados da Classe Trabalhadora de Ambos os Sexos*; e 3) *Aos Casados da Alta Sociedade de Ambos os Sexos*. Eram documentos anônimos que tiveram extensa circulação, pelos mais variados canais. Place, o homem que no Reino conhecia, talvez, melhor do que qualquer outro a moral das classes trabalhadoras inglesas, via a questão pelo lado realista. A limitação da natalidade não podia agravar a situação, porque a castidade era escassa em toda a parte e muito disseminada a promiscuidade, tanto pré como pós-marital. O casamento tardio, que Malthus recomendava, introduzia na sociedade um novo elemento de crueldade e convidava a uma depravação ainda mais grosseira que a já existente. Era um conselho perigoso. Place objetava que o casamento, a fim de não representar, para os jovens, uma imprudência extravagante, tinha de ser estabelecido sobre a base segura e sã da anticoncepção.

Nesses prospectos o alfaiate aposentado cristalizou os mudos anseios da humanidade por limitar a sua proliferação com métodos a um tempo inofensivos e humanitários. Imune às injúrias, ele continuou a propugnar a causa do controle da natalidade até sua morte, em 1854. Todo operário de quem ganhasse a confiança, todo jornal ou revista que lhe imprimisse os artigos, toda comissão que o consultasse, ouviam a mensagem prática dessa teoria. E ele carregava tudo do seu próprio bolso. Quando morreu, alguém o definiu como um homem “de conselho valioso, fértil em recursos, mas que nunca deu um pensamento à sua própria pessoa”. *

2- A tanto monta arguir que a vida acabaria por ser prolongada indefinidamente.

13 A centelha acendida por Place iluminou outros espíritos penetrantes. A história do controle da natalidade é a do triunfo de uma idéia; é um martirólogo dos nossos dias. Além de proclamarem a doutrina a um mundo apático, os propugnadores desta tiveram de combater os preconceitos da religião ortodoxa, da Medicina e dos governos. Richard Carlile (1790-1843), o campeão da liberdade oratória que passou, ao todo, nove anos em diversas prisões, foi dos primeiros a esposar a causa de Place. Carlile publicou um atrevido opúsculo, intitulado *Every Woman's Book* (“O Livro de todas as Mulheres”) que granjeou imensa popularidade. Além de escritor era conferencista, e em suas excursões de cidade em cidade divulgou o novo evangelho por toda a Inglaterra.

O primeiro panfleto sobre o controle da natalidade que se publicou nos Estados Unidos deveu-se a Robert Dale Owen_ (1801-1877), filho daquele velho amigo de “Place. Owen Júnior não apreciava o “estilo e o tom” do livro de Carlile, o que o levou a escrever a *Fisiologia Moral, ou Simples e Breve Tratado do Problema Demográfico*, publicado em Nova York em dezembro de 1830. Era um documento eloquente que bem merecia a vasta circulação que teve — aproximadamente 75 000 exemplares — até a morte de Owen.

A *Fisiologia Moral* seguiu-se em 1832 um panfleto chamado *Frutos da Filosofia*, ou o *Companheiro Secreto dos Jovens Casais*, por Charles Knowlton (1800-1850), médico de Massachusetts. Knowlton fora profundamente influenciado pelos opúsculos de Place, e achava que a classe médica não devia guardar silêncio em assunto tão momentoso e de tão grande alcance. Pouco depois de publicar o livro, o Dr. Knowlton foi multado em Taunton,

Massachusetts, e em Cambridge sentenciaram-no a três meses de trabalhos forçados.

A mais sensacional destas perseguições foi a que sofreram Charles Bradlaugh e Annie Besant na Inglaterra por haverem tornado a publicar, em 1876, o livrinho de Knowlton. Bradlaugh (1833-1891), um velho paladino da liberdade de opinião e de imprensa, tomou a si a reimpressão da obrinha, no intuito de vindicar o direito de livre discussão. “Tornamos a publicar êste panfleto”, declara êle no prefácio oos *Frutos da Filosofia* “pela honesta convicção de que, em tôdas as questões que influem na felicidade do povo, sejam elas teológicas ou sociais, deve-se manter a todo custo o pleno direito de livre discussão. . . . Acreditamos, com o Rev. Mr. Malthus, que a população tende a aumentar mais depressa do que os meios de subsistência, e que, portanto, se devem pôr certas restrições a êsse crescimento. As restrições presentemente em uso são a consunção pela míngua de alimentos e por enfermidade que se podem prevenir; a enorme mortalidade das crianças pobres constitui um dêsses obstáculos que mantêm a população no nível necessário. Mas os obstáculos a que se devia confiar essa tarefa são os científicos, e são êstes que nós aconselhamos. Achamos muito mais moral prevenir a concepção dos filhos do que deixá-los nascer para depois assassiná-los pela falta de nutrição, de ar e de roupas. Defendemos as restrições científicas ao povoamento porque, enquanto os pobres tiverem famílias numerosas, a miséria será a consequência necessária, e a miséria frutifica no crime e na doença.. . . Apontamos o caminho da salvação e da felicidade; em prol delas, publicamos uma obra que outros receiam imprimir, fazemo-lo na certeza de que, se malograrmos na primeira vez, havemos de triunfar no fim.”

Tanto Bradlaugh como Mrs. Besant foram presos e processados. Ao falar em sua própria defesa, Bradlaugh sabia muito bem a que se expunha. “Peço-vos, pois, que considereis os pontos que já vos submeti, isto é: A superpovoação é a causa de pobreza? A supervoação é causa de miséria? A superpovoação é causa de crime? A superpovoação é causa de enfermidades? É moral ou imoral pôr um dique à pobreza, à ignorância, ao vício, ao crime e à doença? Não posso esperar senão uma resposta, a de que impedir êsses males é um ato moral. Podeis retorquir-me: “Que tratem de impedi-los, como Malthus, pelo casamento tardio.” Sim, mas para impor o casamento tardio temos que ensinar os pobres homens e mulheres a compreender a necessidade dêle, e, mesmo que logreis fazê-lo, Acton e outros vos dirão em que horríveis males redundo êsse estado de coisas. A verdade, porém, é que jamais conseguireis impor o celibato. Não ignorais o que se passa em Londres e Paris. Eu estive em Nápoles e em Roma, e escandalizei-me de me ver abordado à noite por rapazes. Em Florença, em Berlim e em Paris, sabeis todos o que resulta dessa ilusão do celibato. Até nos nossos centros populosos, como Dublin, Edimburgo e Glasgow, sabeis o que essa hipocrisia do celibato. significa. Considerai, a título de ilustração, a cidade de Birmingham. Perambulai pelas ruas dessa cidade entre as nove e as onze da noite, e, tendo visto tôda aquela vergonha estadeada, vinde dizer-me se o celibato é uma verdade ou uma burla. Dizei-me, sim ou não, se a terrível palavra “prostituição”, escrita por tôda parte com letras amaldiçoadoras, não é um abscesso que desfigura a face da sociedade? Acusa-se êste opúsculo de tentar defender a imoralidade. É preciso contradizer cada uma de suas páginas, negar cada uma de suas palavras, para subscrever tal asserção.”

O júri condenou os acusados a dois meses de prisão e à multa de duzentas libras. Mas, apelando Bradlaugh para uma côrte superior, a sentença foi cassada. Bradlaugh ganhou a batalha. Venderam-se então aos centos de milhares os exemplares do panfleto de Knowlton, bem como a ramais literatura sôbre a limitação da natalidade, inclusr e a *Lei do Povoamento*

de Mrs. Besant. O movimento, por tão longo tempo tímido e fraco, fêz-se então um título de glória mundial da civilização anglo-saxônica.

As conquistas dos nossos dias mergulham suas raízes no subsolo de esforços mais antigos. Aquilo que nascera no cérebro de um alfaiate desconhecido a lucubrar nos fundos de uma loja de Charing Cross, tomou corpo e emergiu finalmente, através desse processo, da obscuridade para a luz meridiana do triunfo. Sua teoria fêz-se, em nossa época, a resposta científica, moral e filantrópica à irreprimível proliferação da humanidade.

14 Os trabalhos de Malthus e Place diziam respeito, essencialmente, ao problema das massas. Ambos convinham em que, por mais perfeito que fôsse o sistema social, a força de reprodução operando livremente reduziria a maior parte da humanidade aos horrores da pobreza e da miséria. O seu exame, portanto, focalizava muito naturalmente o aspecto quantitativo da população, um assunto que já tinha sido tratado, parcialmente, desde o tempo de Platão e Aristóteles. Mas que dizer da *qualidade*? O problema da população não envolve êstes dois aspectos?

Graças à obra de Darwin e Wallace, que reconheceram ambos a sua dívida para com Malthus, os problemas humanos começaram a ser considerados sob o ângulo biológico. Coube a Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, perceber claramente a importância do aspecto qualitativo e empreender a investigação científica dos fatores que conduziram ao seu melhoramento. “Penso sempre em você”, escreve Galton a Darwin numa carta datada de 1869, 24 de dezembro, “como um bárbaro convertido pensa no mestre que o aliviou do fardo intolerável da superstição. .. Porquanto o aparecimento da sua *Origem das Espécies* provocou uma crise real na minha vida; o seu livro dissipou a tirania de minha velha superstição, como se ela fôsse um pesadelo, e foi ele que me deu a liberdade do pensamento.” Galton compreendeu que o homem prolifera do mesmo modo que os animais; e as leis de relação que produzem o melhoramento de um rebanho de carneiros, por exemplo, são em base as mesmas leis a que devemos recorrer para obtermos seres humanos de melhor qualidade. O homem pode apurar a raça humana.

O impulso darwiniano floresceu no espírito de Galton, após longos anos de trabalho excepcionais, na ciência da eugenia, construída sobre a doutrina de que a reprodução humana pode ser controlada com vistas ao aperfeiçoamento da raça. Foi o próprio Galton que cunhou o termo de eugenia, com uma palavra grega que significa *bem-nascido*. Empregou-o pela primeira vez em seu livro intitulado *Inquiries into the Human Faculty* (“Investigações sobre as faculdades humanas”). Demonstrava nesta obra, com argumentos biológicos (hereditariedade) que a tese irrestritiva de Godwin era indefensável. Todas as opiniões dos visionários sociais que sustentavam com incorrigível otimismo o melhoramento da humanidade pelas transformações do ambiente, eram denominadas por Galton teorias de cultura *Nature*. Sem negar a importância da cultura, ele via entretanto que *Nature*, a natureza, era infinitamente mais poderosa. O ambiente não é mais que um fator da vida humana. Muito mais forte que ele é o fator da hereditariedade. Melhorar as circunstâncias exteriores do homem não é bastante; devemos antes esforçar-nos por melhorar o que se passa no seu interior. O problema da população, bem considerado, envolve por conseguinte duas forças que se devem desenvolver paralelamente: a hereditariedade e o ambiente. A teoria elaborada por Galton e o programa eugênico que ele apresentou repousam nos fatos da hereditariedade. “A Eugenia”, declara Galton, “é a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades congênitas de uma raça; e também daquelas que as desenvolvem ao mais alto grau de perfeição.”

Tôda teoria tem o seu quinhão de fanáticos e extremistas. Galton previu que a eugenia não havia de escapar à regra. Advertiu, pois, aos seus partidários que não fôsem precipitados. Sabia ser o iniciador de uma campanha que abrangeria longas décadas. Descobrir as melhores qualidades do homem e perpetuá-las, eis a missão que faz da eugenia a arte de “criar puros-sangues humanos”. “Devia-se” — declarava êle — “impedir por meios enérgicos a reprodução de pessoas sèriamente atacadas de loucura, debilidade mental, criminalidade habitual e pauperismo.”

Desde a entrada do século, a ciência que Francis Galton inaugurou e batizou, vem incutindo na consciência dos homens a necessidade de *civilizar* o instinto genésico, promovendo, no interêsse do aperfeiçoamento humano, a multiplicação dos nascimentos não menos que a sua limitação. O programa não é criar mais filhos indiscriminadamente, mas obter maior número de rebentos dos troncos mais sãos, e menos dos troncos defeituosos.

15 Já antes da morte de Galton, em 1911, muita gente julgava que o gigantesco desenvolvimento da indústria moderna, com as comunicações mundiais, a emigração e os progressos da técnica, haviam invalidado a doutrina malthusiana, e que, em consequência, a idéia do superpovoamento não passava de um espantalho. É verdade que Malthus não chegou a ver o advento da nova era da fartura e prosperidade, que parecia desmentir seus negros prognósticos. A população do mundo, entretanto, duplicou dentro dos cem anos consecutivos à sua morte. Qual foi a causa dêsse imenso acréscimo? A resposta não está longe. As modificações da indústria que fizeram suceder a nossa era à de Malthus (a Revolução Industrial) deram um impulso tremendo ao povoamento, simplesmente porque a maquinaria aplicada à agricultura tornava possível um cultivo mais intenso das terras velhas e facilitava o amanho de solos virgens e distantes. A população do mundo, em consequência disso, tomou um incremento fantástico, e hoje a humanidade está a confrontar a doutrina de Malthus com uma situação sem precedentes na História: não existem, praticamente, mais terras virgens que conquistar.

Que se há de fazer? Os teóricos modernos assumem pontos-de-vista divergentes. A quota ótima de população de um país é um assunto altamente controvertível que requer ainda muitos anos de investigações, antes que se possa aventurar uma opinião científica. Em outras palavras, os estudos da população estão apenas na infância. Não obstante, a tendência inegável de tôdas as nações democráticas e progressistas é seguir uma política de restrição dos nascimentos, de acordo com a crença malthusiana de que a vida se tornará mais desejável se as populações forem reduzidas ao nível dos meios de subsistência *disponíveis*.

Malthus apontava esta interessante diferença entre a multiplicação humana e a multiplicação dos alimentos: a primeira é enorme porque envolve uma experiência agradável, ao passo que a aquisição do alimento se funda no enfadonho trabalho. Só a anticoncepção proporciona ao homem o meio de nivelar esta grave desproporção.

Manifestamente, não pode haver política demográfica inteligente sem que se levem em conta a advertência de Malthus, o conselho de Place e a instância de Galton. Parece, pois, que o controle científico da humanidade deve ser composto destas três considerações, sem esquecer todavia que a estrutura economica que suporta tôda e qualquer sociedade determina o *optimum* — isto é, o número de sêres humanos que podem viver cômodamente dos meios de subsistência disponíveis.

OS MISTÉRIOS DO UNIVERSO

JOSÉ NAUFEL

Cap. XIV 7 (166)

- Por outro lado, nem sempre é possível atender-se em tempo relativamente curto à aspiração de retorno ao plano físico, para continuação das experiências evolutivas. Informam alguns espíritos que a população planetária de desencarnados é bem maior do que a de encarnados, pois enquanto esta é de cerca de cinco bilhões de almas, aquela alcança o elevado número de vinte bilhões de espíritos. Devido a essa desproporção é natural que a reencarnação apresente certas dificuldades, impondo um critério seletivo das necessidades dos candidatos ao retorno à crosta.

DIVERSIDADE DOS CARISMAS – I

HERMÍNIO C. MIRANDA

Cap. VI §8 (205)

Declara Gúbio a André Luiz, em *Libertação*:

-Não mediste ainda a extensão do intercâmbio entre encarnados e desencarnados. A determinadas horas da noite, três quartas partes da população de cada um dos hemisférios da crosta terrestre se acham nas zonas de contacto conosco, e a maior percentagem desses semilibertos do corpo pela influência natural do sono permanece detida nos círculos de baixa vibração, qual este em que nos movimentamos provisoriamente. Por aqui, muitas vezes se foijam dolorosos dramas que se desenrolam nos campos da carne. Grandes crimes têm nesses sítios as respectivas nascentes e, não fosse o trabalho ativo e constante dos espíritos protetores que se desvelam pelos homens no labor sacrificial da caridade oculta e da educação perseverante, sob a égide do Cristo, acontecimentos mais trágicos estarreceriam as criaturas. (Xavier, Francisco C./Luiz, André, 1974.)

A GÊNESE

Allan Kardec

Introdução §8

Generalidade e concordância no ensino, tal é a característica essencial da Doutrina, a própria condição de sua existência; daí resulta que todo princípio que não recebeu a consagração do controle e da generalidade não pode ser considerado como parte integrante dessa mesma Doutrina, mas como uma simples opinião isolada, da qual o Espiritismo não pode assumir a responsabilidade.

Cap. 1 – Caráter da Revelação Espírita

50. A terceira revelação — vinda em uma época de emancipação e maturidade intelectual, em que a inteligência desenvolvida não pode se conformar com um papel passivo, em que o homem não aceita nada às cegas, mas quer ver aonde o conduzem, quer saber o porquê e o como de cada coisa — tinha que ser ao mesmo tempo o resultado de um ensino e o fruto do trabalho, da pesquisa e da livre verificação. Os espíritos só ensinam exatamente o que é preciso para ajudar a compreender a verdade, mas se abstêm de revelar o que o homem pode descobrir por si mesmo, deixando-lhe o cuidado de discutir, verificar e submeter o todo ao cadinho da razão, deixando mesmo, muitas vezes, que adquira experiência à própria custa. Eles lhe dão o princípio e os materiais, para que tire proveito deles e os ponha em ação.

51. Sendo os elementos da revelação espírita ministrados simultaneamente em muitos pontos, a homens de todas as condições sociais e de diversos níveis de instrução, é evidente que as observações não poderiam ser feitas em toda parte com o mesmo resultado; que as consequências a tirar delas, a dedução das leis que regem essa ordem de fenômenos, em resumo, a conclusão que deveria determinar as ideias, teria de sair do conjunto e da correlação dos fatos. Ora, cada centro isolado, circunscrito a um círculo restrito, vendo, frequentemente, apenas uma espécie particular de fatos, algumas vezes aparentemente contraditórios, tendo ligação geralmente com uma mesma categoria de espíritos, e, além do mais, embaraçado pelas influências locais e partidarismos, achava-se na impossibilidade material de abranger o conjunto e, por isso mesmo, impossibilitado de combinar as observações isoladas em um princípio comum. Cada um apreciando os fatos sob o ponto de vista dos seus conhecimentos e crenças anteriores, ou da opinião particular dos espíritos que se manifestam, logo surgiriam tantas teorias e sistemas quantos fossem os centros, e nenhum poderia ser considerado completo, por falta de elementos de comparação e avaliação. Em uma palavra, cada um se teria imobilizado na sua revelação parcial, acreditando deter toda a verdade, por não saber que em cem outros lugares se obtinha mais ou melhor.

52. Por outro lado, deve-se observar que em parte alguma o ensino espírita foi dado de uma forma completa. Ele atinge um número tão grande de observações, de assuntos tão diversos, que exigem conhecimentos e aptidões mediúnicas especiais, que foi impossível reunir em um mesmo ponto todas as condições necessárias. A necessidade de o ensino ser coletivo e não individual, levou os espíritos a dividirem o trabalho, disseminando os temas de estudo e de observação, como em certas fábricas a confecção de cada parte de um mesmo objeto é dividida entre diversos operários. Assim, a revelação é feita parcialmente, em diversos lugares e por uma multidão de intermediários, e é dessa maneira que ela prossegue ainda hoje, uma vez que nem tudo foi revelado. Cada centro encontra, nos demais, o complemento do que ele obtém, e foi do conjunto, da coordenação de todos os ensinamentos parciais que a Doutrina Espírita se constituiu. Era, pois, necessário agrupar os fatos isolados para ver sua correlação, reunir os diversos documentos e as instruções dadas pelos espíritos sobre todos os pontos e sobre todos os assuntos, para compará-las, analisá-las e estudar-lhes as analogias e as diferenças. Como as comunicações eram dadas por espíritos de todas as ordens, mais ou menos esclarecidos, era preciso avaliar o grau de confiança que a razão

permitia conceder-lhes, distinguir as ideias sistemáticas individuais e as isoladas das que tinham a sanção do ensino geral dos espíritos; as utopias, das ideias práticas; afastar as que eram notoriamente desmentidas pelos dados da Ciência positiva e pela lógica sã; utilizar os próprios erros, as informações fornecidas pelos espíritos, mesmo os de baixa categoria, para o conhecimento da situação do mundo invisível, e disso formar um todo homogêneo. Em uma palavra, era preciso um centro de elaboração, isento de qualquer ideia preconcebida, de qualquer sectarismo, resolvido a aceitar a verdade tornada evidente, ainda que contrária às suas opiniões pessoais. Esse centro se formou por si mesmo, pela força das coisas e sem premeditação.

53. Desse estado de coisas resultou uma dupla corrente de ideias: umas indo das extremidades para o centro, e as outras retornando do centro para a periferia. Foi assim que a Doutrina caminhou rapidamente para a unidade, apesar da diversidade das fontes de onde se originou; e que os sistemas divergentes ruíram pouco a pouco, em razão do seu isolamento diante do ascendente da opinião da maioria, na qual não encontraram repercussão simpática. Desde então, uma comunhão de ideias se estabeleceu entre os diversos centros parciais; falando a mesma linguagem espiritual, eles se entendem e se simpatizam, de um extremo a outro do mundo. Os espíritas sentiram-se mais fortes, lutaram com mais coragem, caminharam com passo mais firme, desde que não se viram mais isolados, desde que perceberam um ponto de apoio, um laço que os unia à grande família. Os fenômenos dos quais eram testemunhas não mais lhes pareceram estranhos, anormais ou contraditórios quando puderam associá-los às leis gerais de harmonia, abranger de um só golpe de vista todo o plano, e ver, em todo esse conjunto, um objetivo grandioso e humanitário.